

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES: ASPECTOS SOCIOESPACIAIS DA COMUNIDADE RURAL DE POUSO ALTO, MINAS GERAIS

Territory and territoriality: socio-spatial aspects of the Pouso Alto rural community, Minas Gerais

Amaro Sérgio Marques

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros- UNIMONTES (2007). Programa de Pós-Graduação e do curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Brasil.

amaro@puc-rio.br

Katia Lenina da Silva Rosa

Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil.

katialenina.rosa@gmail.com

Brenda Melo Bernardes

Doutoranda e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG. Filiação institucional: Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

brenda.mbernardes@gmail.com

Alessandro Borsagli

Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e Filiação institucional: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), Brasil.

borsagli@gmail.com

Recebido: 06.03.2023

Aceito: 03.07.2023

Resumo

Os povos tradicionais possuem grande importância nas dinâmicas territoriais ocorridas ao longo dos processos históricos do Brasil e de Minas Gerais, em particular o território das Gerais. Nesse sentido, o presente artigo busca analisar como as questões territoriais e a narrativa Decolonial têm influenciado nas dinâmicas socioespaciais dos povos tradicionais, a partir da Comunidade Rural de Pouso Alto, situada em Claro dos Poções/MG e pertencente a região do Médio São Francisco. A análise realizada revelou que alguns processos externos de modernização alteram de forma significativa o uso do solo e a paisagem desse território, ao mesmo tempo em que algumas ameaças à permanência e perpetuação da comunidade tornaram-se evidentes perante as dinâmicas espaço-territoriais da atualidade e da pequena influência política exercida pela comunidade perante o município-sede.

Palavras-chave: Povos tradicionais; Comunidade rural; Minas Gerais; Território; Narrativa Decolonial.

Abstract

Traditional communities have great importance in the territorial dynamics that occurred throughout the historical processes of Brazil and Minas Gerais, specially, Minas Gerais' territory. In this sense, this research analyzed how the territorial issues and the Decolonial narrative have influenced the socio-spatial dynamics of traditional communities, from the Rural Community of Pouso Alto, located in Claro dos Poções/MG and belonging to the Middle São Francisco region. The analysis revealed that some external modernization processes significantly alter the land use and landscape of this territory, at the same time that some threats to the permanence and perpetuation of the community became evident in the face of current space-territorial dynamics and of the small political influence exercised by the community in the government of municipality.

Keywords: Traditional Peoples; Rural Community; Minas Gerais; Territory; Decolonial Narrative.

1. INTRODUÇÃO

Desde o período de colonização do Brasil as comunidades tradicionais e as minorias étnicas - caso da população negra - têm lidado com conflitos diante do interesse de domínio territorial por parte de grupos dominantes, a princípio representado pelos portugueses e bandeirantes e, no decorrer da história do Brasil, por fazendeiros, sitiantes, empresas vinculadas ao agronegócio, visando a obtenção de lucro a partir do uso predatório dos recursos naturais encontrados na natureza. Tal situação tem resultado em processos externos às comunidades por meio do cercamento de terras, invasões, lutas armadas e ameaças aos seus modos de vida.

Essa relação hegemônica que tem sido definida pelos grupos dominantes nos territórios habitados por povos tradicionais - tanto em áreas urbanas quanto nas rurais - tem ocasionado diversas consequências, como ameaça de extermínio de etnias, enfraquecimento de laços sociais, das tradições culturais e dificuldade de permanência e sobrevivência nessas regiões de riqueza natural cobiçadas economicamente, uma vez que esses povos estabelecem uma relação histórica com o território onde se inserem e dependem dos seus recursos para seu sustento.

Assim, ao longo da história essas comunidades rurais foram invisibilizadas, não tendo reconhecido seus direitos de permanência no território ocupado desde seus ancestrais. Mostra-se, dessa forma, necessário reconhecer as contribuições desses povos na formação cultural do Brasil e atribuir maior visibilidade por meio da construção de narrativa Decolonial, que contribua para que essa pluralidade de etnias que compõem o Brasil sejam protagonistas de sua própria história e para maior efetividade e inclusão nas políticas públicas.

A partir dessa perspectiva apresentada, busca-se por meio deste artigo analisar como que as questões territoriais e a narrativa Decolonial tem influenciado nas dinâmicas socioespaciais da população negra, tendo como recorte espacial o Norte de Minas, mais precisamente a Comunidade Rural de Pouso Alto, situada em Claro dos Poções/MG. A justificativa para tal recorte vincula-se à riqueza cultural de povos tradicionais, majoritariamente negros ou pardos, que estão presentes no Norte de Minas, que se estabelecem sobretudo nas margens do Rio São Francisco - mas também em outras frações desse território, e lacunas de pesquisa existentes relacionadas com essa temática, especificamente com a comunidade rural em questão.

Nesse sentido, é importante ressaltar que os moradores da zona rural do município de Claro dos Poções-MG, situados na área conhecida por Pouso Alto, podem ser considerados pertencentes aos Povos Tradicionais - em função da forma de ocupação do território, pela organização social e laços de parentesco e de compadrio, pela etnia (maioria parda ou negra) e pela busca de ancestralidade africana e valorização da cultura negra, em conformidade com o Ministério Público Federal e Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS) - Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

Como métodos de investigação, recorre-se à pesquisa bibliográfica para compreensão dos conceitos vinculados às narrativas Decoloniais, contextualização do Norte de Minas e dos povos tradicionais, que habitam a mesorregião, além da pesquisa de campo, fundamental para entendimento das particularidades da Comunidade Rural de Pouso Alto, situada em Claro dos Poções/MG.

Além da introdução e considerações finais, o artigo se encontra estruturado em mais três seções. Na primeira seção, que sucede a introdução, será abordado o conceito da narrativa Decolonial e as relações socioespaciais das comunidades tradicionais com seus territórios; em sequência, será contextualizado o Norte de Minas e as comunidades tradicionais; e, por fim, serão analisadas as particularidades da Comunidade Rural de Pouso Alto - Claro dos Poções/MG.

2. A NARRATIVA DECOLONIAL E AS RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS COM SEUS TERRITÓRIOS

Ao longo da história, os povos tradicionais do Brasil têm sido submetidos a modificações impostas pelo Estado e pelo sistema econômico vigente. Desde o período colonial até o período de implantação e consolidação do discurso desenvolvimentista, as instituições do Estado tendem a estabelecer projetos que visam o crescimento econômico,

sem levar em consideração outros modos de vida (ANJOS, 2010). Porém, devido à resistência dos povos tradicionais e comunidades rurais locais, algumas características resistiram às pressões desses agentes e se expressam em suas Identidades, Espacialidades e em seus Territórios. A narrativa Decolonial busca contrapor ou complementar a historiografia brasileira, evidenciando a contribuição dos povos e comunidades tradicionais para a consolidação do território brasileiro.

Decolonialidade é um conceito que surgiu no mesmo momento em que houve a divisão global em três mundos. [...] Suas bases históricas estão na Conferência de Bandung de 1955, na qual se reuniram 29 países da Ásia e da África, com o objetivo de encontrar as bases e a visão comum de um futuro que não fosse nem capitalista nem comunista (MIGNOLO, 2017, p. 13-14).

Ainda sobre o uso do termo Decolonial, é mister salientar que diversos autores, desde os anos do pós-guerra, buscam alternativas à visão hegemônica eurocêntrica, que coloca a questão da escravidão sem o protagonismo dos escravizados trazidos da África, de forma involuntária, no período colonial. Busca-se, com isso, uma revisão da historiografia do colonizador, buscando evidenciar a narrativa da população negra, dos pensadores e pesquisadores negros e os desdobramentos sociais, culturais, econômicos, produzidos a partir de uma visão diaspórica - mas invisibilizados ou distorcidos pela maquinaria colonial (PASTI & OLIVEIRA JÚNIOR, 2019).

Já o conceito de Colonização, neste estudo, é entendido como um conjunto de ações para o povoamento e ocupação de territórios e, juntamente, ações de imposição de uma cultura sobre a outra. Nesse sentido, após o fim do período colonial, as colonizações não foram extintas. Considera-se que no Brasil moderno também foram implantados novos projetos de Colonização com o intuito de transformar o território para a “manifestação do capitalismo maduro” (SANTOS, 2018, p. 43).

De acordo com Milton Santos (2018), após o período da segunda guerra mundial, o território brasileiro passou por um processo de modernização capitalista, que se institucionalizou através da “decisão geopolítica de estimular a industrialização em diversas regiões e de ocupar o território com projetos de colonização” (SANTOS, 2018, p. 47). Tais projetos são refletidos nas novas “infraestruturas de transportes de comunicações, assim como pela superestrutura dos mecanismos reguladores” (SANTOS, 2018, p. 47), ou seja, grandes investimentos em obras públicas construídas, como rodovias, ferrovias, portos, projetos para o agronegócio, conjuntos de edificações para o poder público, entre outros.

No norte do Estado de Minas Gerais, a materialização desse projeto de modernização capitalista/desenvolvimentista do Governo, foi traduzido pela presença da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que fomentou o

financiamento de empresas ligadas ao agronegócio, por meio dos bancos públicos, como Banco do Nordeste do Brasil - BNB e Banco do Brasil - BB, atraindo o interesse de grandes proprietários rurais e investidores para a região. Ainda, através de subsídios, como isenção de impostos, foi criado um polo industrial sediado no município de Montes Claros na década de 1970. Os impactos dessas políticas públicas e econômicas reverberaram em diversas direções, impactando no crescimento das cidades, bem como no crescimento econômico, mesmo que desigual, dessa região. Recentemente, novos processos econômicos externos prometem uma nova onda de desenvolvimento para o norte de Minas, focados na mineração e energia fotovoltaica, mas muitas vezes sem o protagonismo das comunidades do entorno (MARQUES, 2018).

Outros autores abordam os projetos de Colonização como estratégias conduzidas pelo Estado a fim de controlar o ordenamento territorial. Guiomar Germani (2001), por exemplo, aponta que no período pós-golpe militar, estes projetos predominavam sobre as ações conduzidas nas políticas de terras. A autora considera essa política como uma estratégia contra a Reforma Agrária, sendo composta de ações para “impedir e ordenar uma reforma agrária espontânea” (GERMANI, 2001, p. 135) que ocorria em localidades de baixo povoamento (GERMANI, 2001).

Os projetos de Colonização ao serem impressos nos territórios, como estratégias de ordenamento, executam o apagamento de outros modelos de organização territorial, “predominando a distribuição de lotes individuais, num sistema linear e simétrico, o que impunha, também, uma forma individual de organização da produção” (GERMANI, 2001, p. 135). Dentre os impactos abordados pelos autores apresentados, estão: os grandes deslocamentos de população, o redirecionamento da migração interna (GERMANI, 2001) e o surgimento das ocupações periféricas (SANTOS, 2018).

Além disso, podemos considerar que o conceito de Desenvolvimento foi um dos indutores das relações globais após a segunda guerra mundial e que, através da implantação desse discurso, a maior parte dos países buscaram se tornar “desenvolvidos” e, sobretudo, lutam para adquirir destaque no mercado internacional. Considera-se que a lógica trazida pelo modelo desenvolvimentista reforçou a ideia de supremacia das nações do hemisfério norte político em relação aos demais povos, discurso que favoreceu a disseminação do capitalismo no ocidente.

Alberto Acosta (2016) enfatiza que o Desenvolvimento apresenta bases conceituais que o aproximam de “uma forma de imperialismo” (ACOSTA, 2016, p. 43), sendo associado à ideia de progresso. Segundo o autor, a institucionalização do Desenvolvimento ocorreu

por Harry Truman, ex-presidente dos Estados Unidos, em decorrência de um discurso, no qual definiu regiões do mundo como “áreas subdesenvolvidas” (ACOSTA, 2016, p. 44). Com isso, países com protagonismo na industrialização, considerados “desenvolvidos”, e os Estados Unidos, como potência global, tornaram-se modelos a serem seguidos por outras nações (ACOSTA, 2016).

Acosta (2016) destaca a ação das sociedades periféricas, que tendem a conduzir “políticas, instrumentos e indicadores” (ACOSTA, 2016, p. 48) para alcançar o modelo proposto. Nesse sentido, o Desenvolvimento, ao ser apresentado como proposta global, significou a negação dos povos das sociedades consideradas “subdesenvolvidas” e, além disso, ao propagar o estilo de vida dos países centrais, difundiu-se o consumismo e a atividade predatória no âmbito global. Entretanto, o autor constatou que há um “mau desenvolvimento” (ACOSTA, 2016, p. 50) generalizado no mundo. Assim, países considerados desenvolvidos continuam a enfrentar múltiplas crises, bem como a marginalização de povos e a incitação do desequilíbrio ecológico (ACOSTA, 2016).

Além disso, os países “subdesenvolvidos”, na busca pelo Desenvolvimento, intrinsecamente, encaram a devastação ambiental e social como o único caminho de progresso, tornando-se aceitáveis atividades destrutivas como a mineração (ACOSTA, 2016) e o agronegócio, por exemplo. O autor considera que pelo Desenvolvimento “negamos a possibilidade de uma modernização própria” (ACOSTA, 2016, p. 51), ou seja, desconsideramos a necessidade de construir a modernidade baseada nas raízes dos povos “subdesenvolvidos” (ACOSTA, 2016). Com isso, no âmbito global, os saberes, as técnicas e modos de fazer das sociedades periféricas dificilmente são consideradas como modelos de sustentabilidade econômica, perpetuando o modelo que garante o crescimento econômico das centralidades globais.

Marques (2018) aborda que os povos tradicionais (como Quilombolas, Indígenas, Extrativistas, Pescadores, Ciganos, entre outros) não receberam a atenção do poder público ao longo da história, sendo “invisíveis” frente a distribuição de políticas públicas. Gomes (2015) destaca que “centenas de povoados, comunidades, bairros, sítios e vilas de populações negras, mestiças, indígenas, ribeirinhas, pastoris, extrativistas” (GOMES, 2015, p. 120 apud MARQUES, 2018, p. 28) não compareciam nos recenseamentos populacionais e agrícolas. Frente a isso, os povos tradicionais, organizados de maneira complexa e distribuídos espacialmente em nosso país, ora nas periferias dos grandes centros urbanos, cidades médias ou pequenas, ou em comunidades rurais, pequenas vilas, entre outros

modos de vida, sofreram com o avanço das políticas desenvolvimentistas (MARQUES, 2018).

Por isso mesmo, se faz necessário, interpretações mais amplas das suas formas de organização, principalmente os elementos essenciais da sua real historiografia, das suas identidades territoriais e dos componentes da sua pluralidade racial (ANJOS, 2010. p. 6).

Anjos (2010) afirma que a historicidade brasileira está em processo de reconstrução, que significa uma busca ao panorama histórico e territorial, em que se considera: as contribuições de povos tradicionais e de comunidades rurais para a formação e sustentabilidade dos territórios. Neste sentido, a abordagem Decolonial garante formas de desprender-se das narrativas ocidentais (MIGNOLO, 2017), possibilitando a construção de uma narrativa local, que leve em consideração os processos sociais e territoriais em escala comunitária.

Não se trata de uma “terceira via”, [...], mas de desprender-se das principais macro narrativas ocidentais. [...] Os fundamentos políticos e epistêmicos da Decolonialidade, apresentam-se como uma opção que se desvincula das cronologias construídas pelo capitalismo ou comunismo (MIGNOLO, 2017, p. 14-15).

Além da necessidade de construir uma narrativa histórica Decolonial e que parta dos sujeitos, aborda-se a necessidade de construir uma nova modernidade, considerando os modos de vida dos povos tradicionais como modelos (ACOSTA, 2016). Assim, os territórios que foram, em algum momento histórico, “isolados” das políticas governamentais e incentivos ao Desenvolvimento, podem apresentar características singulares de autossustentabilidade (NEVES *et al.*, 2020) e de ocupação territorial, que podem contribuir para a construção dos caminhos até essa nova modernidade.

O pensamento decolonial está hoje comprometido com a igualdade global e a justiça econômica, mesmo afirmando que a ideia de democracia e de socialismo, originadas na Europa, não são os únicos dois modelos com os quais orientar nosso pensamento e nosso fazer (MIGNOLO, 2017, p. 13-15).

Os modos de vida dos povos tradicionais e comunidades rurais devem ser ressaltados como bases da ocupação, formação, consolidação e gestão dos territórios. A construção de uma narrativa local, que leve em consideração os processos sociais e territoriais em escala comunitária, possibilita enriquecer o repertório de soluções para a construção de uma política de ordenamento territorial igualitária e justa. Assim, ao abordar as relações socioespaciais das comunidades tradicionais com seus territórios a partir da perspectiva Decolonial, evidencia-se aspectos como as Territorialidades, Espacialidades e Identidades das populações, bem como as técnicas culturais impressas nos espaços.

Nesse sentido, a terra, o terreiro, o território e a territorialidade assumem grande importância dentro da temática da pluralidade cultural brasileira, no seu processo de ensino, planejamento e gestão. Principalmente no que diz respeito às características territoriais dos diferentes grupos étnicos que convivem no espaço nacional (ANJOS, 2010. p. 6).

Em certa medida - a partir das leituras e escritos de autores decoloniais - começa-se a construir uma nova narrativa acerca dos complexos processos de territorialização dos descendentes dos africanos escravizados que desembarcaram no Brasil desde a década de 1550, trazidos pelos portugueses. Assim, espera-se uma maior visibilidade para os povos tradicionais e para as comunidades negras rurais, que ficaram à margem da sociedade brasileira, lutando até o tempo presente para acessar direitos constitucionais e políticas públicas, bem como o protagonismo e perpetuação das mesmas em seus diversos territórios e formas de apropriação desses espaços e modos de vida.

A partir dessa perspectiva Decolonial é apresentado, em sequência, uma breve análise sobre as comunidades tradicionais no Norte de Minas, recorte espacial da pesquisa, para contextualização do seu processo de ocupação e entendimento dos conflitos territoriais que têm ocorrido na região.

3. O NORTE DE MINAS E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Tendo por referência os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), o Estado de Minas Gerais é subdividido em 12 mesorregiões dentre as quais se destaca a Mesorregião do Norte de Minas, que integra 86 municípios, em uma ocupação esparsa no território de 124007,2 km². Como característica peculiar dessa mesorregião, vale mencionar a proporção significativa de áreas rurais quando comparada às áreas urbanas, que compreendem cerca de 30% do território (IBGE, 2017), sendo parte expressiva dessa região ocupada por povos tradicionais.

Um dos fatores que impulsionou a ocupação do Norte de Minas no decorrer da história foi a sua localização estratégica, tendo o Rio São Francisco como elemento integrador de grande parte dos municípios que compõem essa mesorregião. Assim, a proximidade com o rio é que contribuiu para o desenvolvimento dos municípios, sendo o Velho Chico considerado fonte de sustento, de geração de energia e de transporte para os povos que se estabeleceram nas suas margens.

Anterior à chegada dos portugueses ao Brasil, às margens do Rio São Francisco foram foco de ocupação por diversos povos nativos, que encontraram condicionantes positivas para o estabelecimento de assentamentos, provisórios e permanentes,

ressaltando ainda que as expedições bandeirantes, formadores dos núcleos urbanos atuais e de comunidades tradicionais que, em maior ou menor intensidade, exerceram impactos na estrutura do curso d'água e na sua relação com o território então conhecido como sertão (FONSECA, 2011).

No que tange às particularidades das comunidades tradicionais e seu vínculo com o Norte de Minas, é importante mencionar a forte ligação que elas estabelecem com seus ambientes biofísicos, utilizando de seus recursos naturais para a subsistência, sendo, desse modo, fundamental a proximidade com os cursos d'água e áreas com expressiva cobertura vegetal, com riqueza na fauna e flora.

O Norte de Minas abriga uma pluralidade de comunidades tradicionais que se consolidaram em áreas adjacentes ao Rio São Francisco ou próximo a outros cursos d'água, de onde extraem seus recursos naturais para sobrevivência ou onde exercem suas atividades cotidianas, como a pesca e o transporte. Dentre esses povos se destacam os “geraizeiros, pescadores, ribeirinhos, barranqueiros, quilombolas, indígenas, remeiros, vazanteiros, veredeiros, campineiros, catingueiros, chapadeiros” (IEPHA, 2015, p.32). Tais regiões acabam sendo muito cobiçadas do ponto de vista econômico, visando a exploração predatória de seus recursos naturais por grupos dominantes.

Sobre a relação dessas comunidades com seus territórios, predomina o reconhecimento dessas terras enquanto espaço de uso comum e de práticas coletivas, herança de seus ancestrais, que se difere da visão hegemônica do território enquanto propriedade privada (LITTLE, 2002). Essa visão antagônica no entendimento do significado de território e as relações cotidianas decorrentes dessa perspectiva é que tem instigado conflitos, sobretudo sob o viés econômico e político entre grileiros, fazendeiros, sitianteiros, empresas vinculadas ao agronegócio, que querem exercer domínio sobre essas terras, pressionando o reconhecimento de posse nessas áreas que são de interesse coletivo.

Vale enfatizar que esses conflitos territoriais têm procedência histórica, sendo registrados conflitos no Norte de Minas desde as tentativas iniciais de domínio da região do Vale do Rio São Francisco por portugueses e bandeirantes, nas incursões sertanistas ocorridas durante os séculos XVII e XVIII. Nesse contexto, as disputas por posse de terras resultaram em tentativas de extermínio de povos tradicionais, como os povos indígenas Xakriabá e Kayapó, que se estabeleceram nas margens do Rio São Francisco, na região que abrange as cidades de São Francisco e de São Romão (COSTA; DAYRELL; OLIVEIRA, 2015), destacando-se ainda as incursões realizadas pelo mestre de campo Matias Cardoso a partir de 1664, com o intuito de combater os indígenas que atacavam as

fazendas que se estabeleceram nas proximidades do Rio São Francisco (FONSECA, 2011). Ao término da guerra, o sertanista fundou o arraial de Morrinhos, se estabelecendo na região como proprietário de fazendas de gado.

Sendo o Rio São Francisco uma das principais rotas fluviais que interligava as províncias do nordeste a capitania de Minas Gerais, foram frequentes os conflitos estabelecidos entre os povos tradicionais durante o processo de fundação de vilas e povoados, e na consolidação de fazendas ao longo da rota do Rio São Francisco, com o predomínio de atividades de agricultura e pecuária, diante das condições favoráveis das terras do Norte de Minas e da facilidade de irrigação para esse fim (ROCHA, 2004).

Nesse sentido, é importante ressaltar que a ocupação do vale do São Francisco pelos fazendeiros se fez, de maneira simultânea, ao povoamento da região central de Minas Gerais, na porção correspondente às minas de ouro, levado a cabo pelos mineradores e agricultores responsáveis pelo abastecimento das minas, ao mesmo tempo em que o território das gerais era responsável pelo fornecimento de carne para a região.

No decorrer do século XIX ocorreram inúmeras disputas territoriais no Norte de Minas, vinculados aos processos migratórios provenientes da região nordeste, que resultaram em conflitos entre quilombolas, fazendeiros e comunidades rurais (COSTA; DAYRELL; OLIVEIRA, 2015), o que reforça que esses conflitos têm procedência histórica.

Desse modo, tem sido um desafio para os povos tradicionais no Norte de Minas conseguirem se manter nos seus territórios devido às constantes ameaças de expropriações por parte de fazendeiros, grileiros, empresas vinculadas ao agronegócio, sítiantes que não reconhecem a complexidade e riqueza desse território híbrido e coletivo. Nessa perspectiva ganha ênfase a exploração dos recursos naturais dessas regiões de forma predatória, voltadas aos interesses de lucratividade e garantia de posse territorial por parte desses grupos dominantes.

Dentro desse contexto, para Souza (2001) as apropriações acerca do território são políticas e culturais, pois afirma que este é delimitado por e a partir de relações de poder. Porém, este poder não é somente do Estado e não se confunde com violência e dominação. Para este autor, como observado por Martins (2013) o território deve ser apreendido em múltiplas formas e funções e embora valorizando as mudanças que o poder provoca no território, principalmente nas grandes cidades, como por exemplo, o território da prostituição, do narcotráfico, dos homossexuais, e outros, podendo ser permanentes ou terem curta existência.

Tal situação tem resultado nas tentativas de extermínio de comunidades tradicionais por questões étnico-raciais (MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS, 2014) e também limitado a realização das suas atividades cotidianas, devido às constantes ações de cercamento de terras por processos que são externos às comunidades, prejudicando o livre acesso aos rios, lagoas e veredas e as áreas propícias às atividades de cultivo, que são essenciais para sobrevivência desses povos.

Também como consequência dessas disputas territoriais presencia-se a dificuldade dos povos tradicionais na perpetuação de suas tradições e na manutenção de seu legado cultural, presente, por exemplo, nas narrativas, em festas religiosas, nas práticas artesanais como saberes construtivos e medicina popular, tendo em vista que dependem dessa relação direta e íntima com o território, sendo frequente a utilização das margens de rios, como o São Francisco, para manifestações culturais e rituais. Esses conflitos vinculados à posse de terra também têm resultado no enfraquecimento dos laços sociais dentro das comunidades, sendo frequentes as demandas por trabalhos sazonais externos ao território devido às limitações já mencionadas vinculadas às disputas territoriais, que interferem negativamente nas ações cotidianas.

Uma das comunidades tradicionais que se estabelece no Norte de Minas e que mantém relação intrínseca com o território em que se insere é a Comunidade de Pouso Alto, situada em área rural do município Claro dos Poções. Desse modo, será analisada em sequência as características dessa comunidade para compreensão das suas particularidades e das questões territoriais.

4. A COMUNIDADE RURAL DE POUSO ALTO - CLARO DOS POÇÕES/MG

A comunidade rural de Pouso Alto (Figura 1) fica localizada no município de Claro dos Poções, Microrregião de Montes Claros e Mesorregião Norte de Minas (Figura 2). O município possui uma população estimada em 7.478 pessoas (IBGE, 2021), dois distritos - Sede e Distrito de Vista Alegre. Além disso, o município é caracterizado como predominantemente rural, com densidade demográfica de 10,73 e principais atividades econômicas pertencentes ao setor agrícola (como a agricultura familiar, pequenos produtores e a criação de animais) e ao setor público (IBGE, 2010). O salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 1,5 salários mínimos, ocupando a 18ª posição entre os municípios da região imediata (IBGE, 2020).

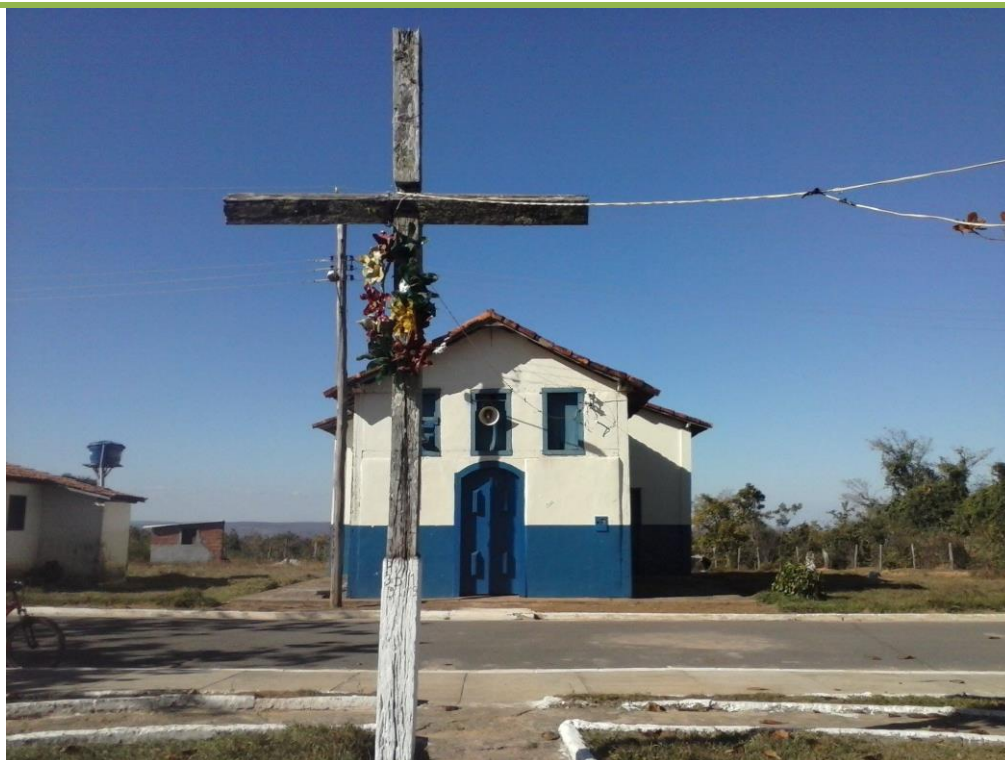


Figura 1 - Comunidade de Pouso Alto: Cruzeiro e Capela
Fonte: Pouso Alto: Lugarzinho no meio do nada, 2013.

De acordo com o Departamento Municipal de Agricultura (2022), são 22 associações rurais cadastradas no município, que consiste na principal forma de organização social das comunidades. Pouso Alto se diferencia das demais comunidades do município devido a sua história anteceder a demarcação do limite municipal. Assim, é possível caracterizá-la através: da espacialização da comunidade, das condições de acesso, modelos de produção, gestão e distribuição de recursos, caracterização do espaço ambiental e delimitação da comunidade (LIMA; SILVA; FORNO, 2014), e, ainda, da distinção temporal e espacial da comunidade (PIMENTEL, CARRIERI, 2020) e das interações sociais com o território.

Pouso Alto encontra-se a 14 km do distrito sede de Claro dos Poções (Figura 3), tendo o seu acesso viabilizado por estradas de terra (não pavimentadas). As condições de acesso são dificultadas pelo relevo da região, pois a comunidade está situada em cima de uma serra. Além disso, na última década, a estrada entre Pouso Alto e Claro dos Poções foi beneficiada por investimentos para sondagens em busca de gás natural (Figura 7), o que proporcionou melhorias nas vias de acesso e vias internas da comunidade, resultando no alargamento de trechos mais críticos das estradas. A Prefeitura Municipal realiza a manutenção das estradas duas vezes por ano (DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, 2022).

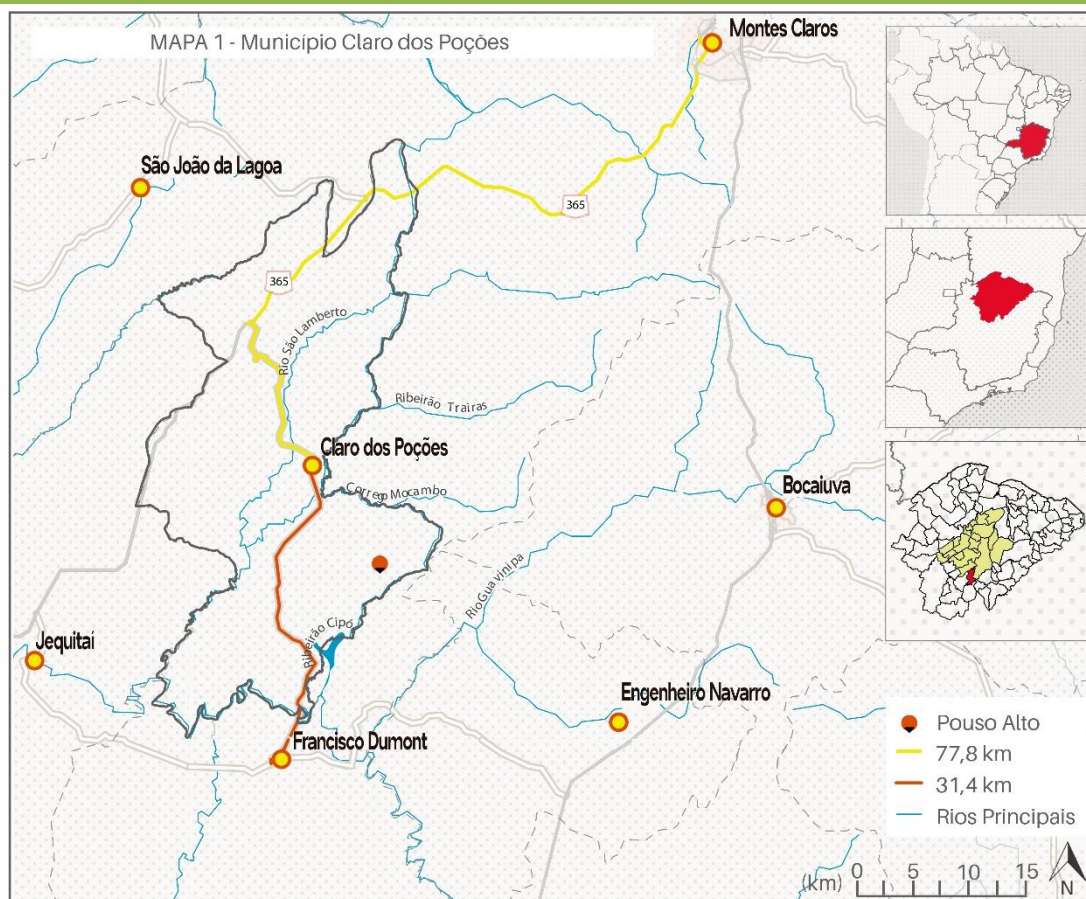


Figura 2 - Mapa de Claro dos Poções. Escala gráfica.

Fonte: Produzido por Kátia L. S. Rosa, 2022. Bases de dados: ARCGIS, 2022.

As atividades econômicas de Pouso Alto, bem como de todo o município, são historicamente do setor agrícola, consistindo na agricultura familiar e em pequenas criações de animais. Neste sentido, o acesso à água, principal recurso para a manutenção das atividades econômicas da comunidade, antigamente era viabilizado por poços artesanais compartilhados. Hoje, a gestão da água ocorre através do sistema de abastecimento de água, de adutoras por gravidade, amenizando a escassez hídrica para as comunidades rurais e pequenos produtores, que é uma condição recorrente na região. O acesso a água e energia elétrica são regulares na comunidade, sendo serviços cobrados pelas concessionárias COPASA e CEMIG, respectivamente (DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, 2022).

Os principais cursos hídricos do município são o Rio São Lamberto e Ribeirão Traíras (Figura 3). Porém, estes não alcançavam eficientemente a comunidade. Hoje, o abastecimento ocorre através da barragem do Ribeirão Cipó, implantada no final da década de 1990. Contudo, Pouso Alto não possui curso hídrico em seu limite, ficando mais próximo o córrego da Pindaíba (Figura 5), que acumula água apenas em dias chuvosos. Não há tratamento de esgoto ou coleta de lixo na comunidade, sendo solucionados pela população

através da utilização de fossas artesanais (DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, 2022).

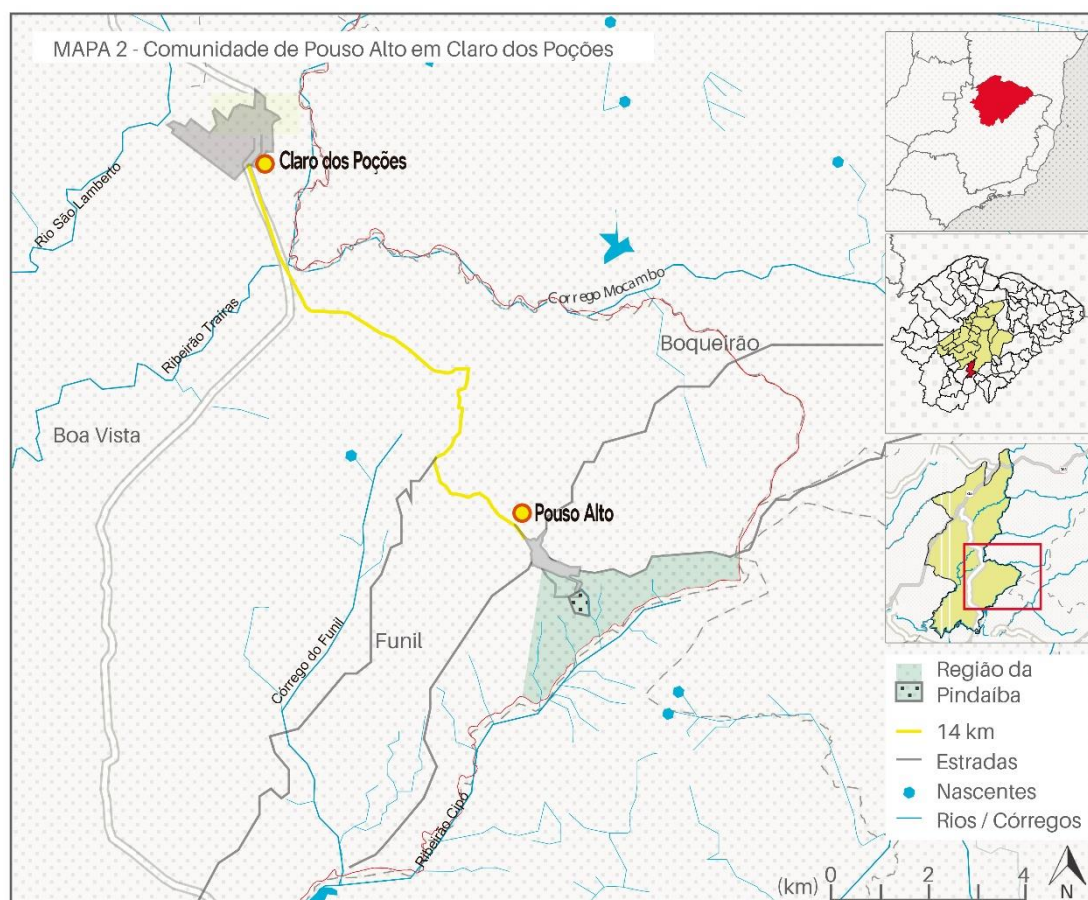


Figura 3 - Mapa da Comunidade de Pouso Alto à Claro dos Poções. Escala gráfica.

Fonte: Produzido por Kátia L. S. Rosa, 2022. Bases de dados: ARCGIS, 2022; Cadastro Ambiental Rural, 2021.

É possível observar a existência de remanescentes de vegetação nativa característica do bioma Cerrado e transição para o bioma Caatinga, áreas de pastagens naturais e com manejo no entorno da comunidade (Figura 4). Já em seu interior, observa-se que as ruas são largas e não possuem calçamento (ruas de terra), havendo um único trecho asfaltado que corresponde às ruas da praça e da Capela do Senhor da Boa Vida, concluído em 2020 (DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, 2022).

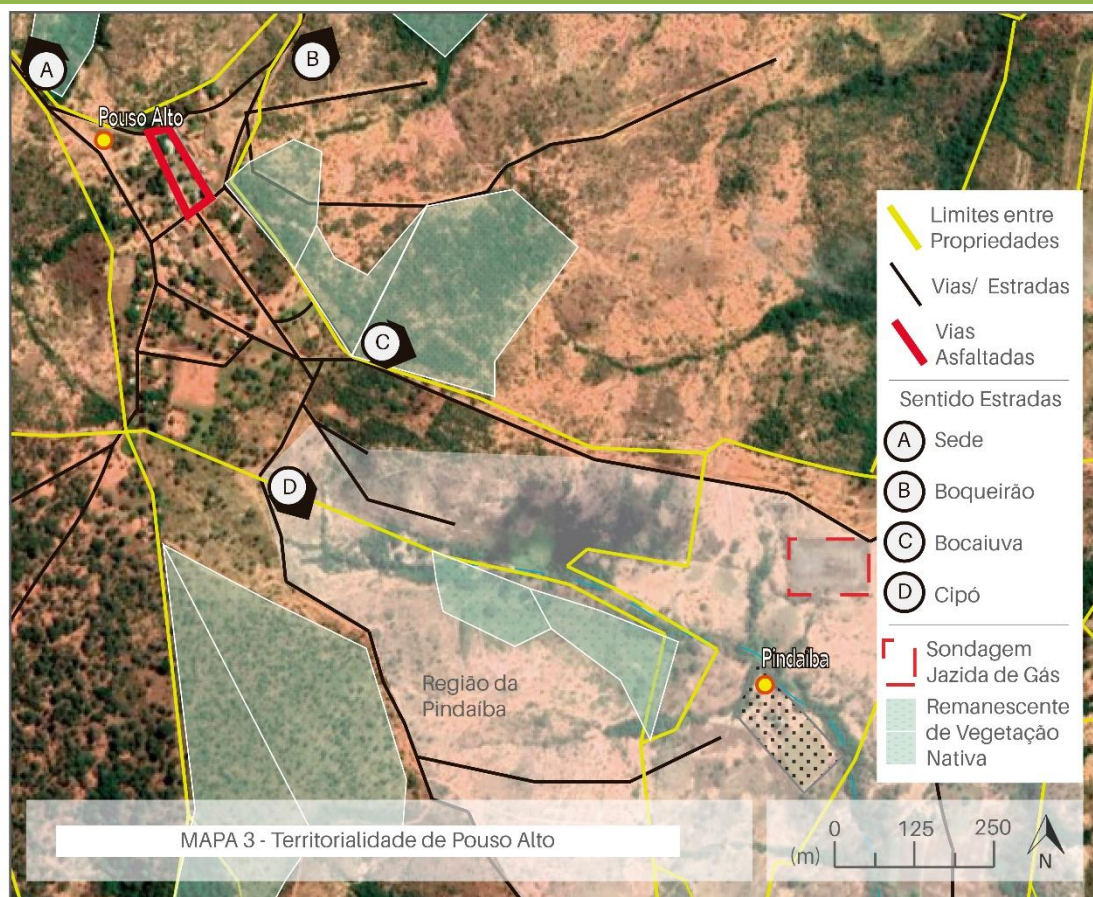


Figura 4 - Mapa da Comunidade de Pouso Alto à Claro dos Poções. Escala gráfica.

Fonte: Produzido por Kátia L. S. Rosa, 2022. Bases de dados: CAR, 2021; Google Earth, 2022.

Em relação aos equipamentos públicos, a Comunidade possui um cemitério comunitário, uma quadra de esportes e uma praça com mobiliários de concreto. A iluminação pública apresenta-se apenas na centralidade da comunidade. A manutenção dos equipamentos é responsabilidade da prefeitura municipal, porém é realizada somente após solicitação dos moradores (Entrevista com Representante da Associação Comunitária de Pouso Alto, 2021).

Pouso Alto não possui escola ou posto de saúde próprio. A administração municipal disponibiliza transporte escolar durante a semana para atender os alunos das redes estadual e municipal de ensino. O prédio que anteriormente era utilizado como escola da comunidade foi desativado após a centralização do ensino na Sede municipal. Quanto aos serviços de saúde, são realizados atendimentos domiciliares do Posto de Saúde da Família Rural Municipal - através de visitas periódicas e campanhas de vacinação. Contudo, há uma edificação da Saúde ativa, onde fica o Agente de Saúde da Comunidade e serve como ponto de apoio para a equipe de saúde (DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, 2022).



Figura 5 - Vista a sudeste da Comunidade de Pouso Alto.

Fonte: Produzido por Kátia L. S. Rosa, 2022. Imagem: Alexandre Fonseca, 2022.



Figura 6 - Vista a noroeste da Comunidade de Pouso Alto.

Fonte: Produzido por Kátia L. S. Rosa, 2022. Imagem: Alexandre Fonseca, 2022.

Pouso Alto se formou após doações de glebas pelos posseiros das terras. A doação ocorreu por volta do ano 1900, quando as famílias que residiam na região viram a necessidade de construir uma capela para Pouso Alto. Assim, duas principais famílias doadoras viabilizaram a construção: a família dos Puluqeras e a família dos Coro.

Entretanto, segundo os moradores (2021), recentemente, dos nove alqueires doados para o Senhor da Boa Vida, grande parte foi cercada por proprietários vizinhos, diminuindo o território da comunidade (Figura 7) (Entrevista com morador, 2021).

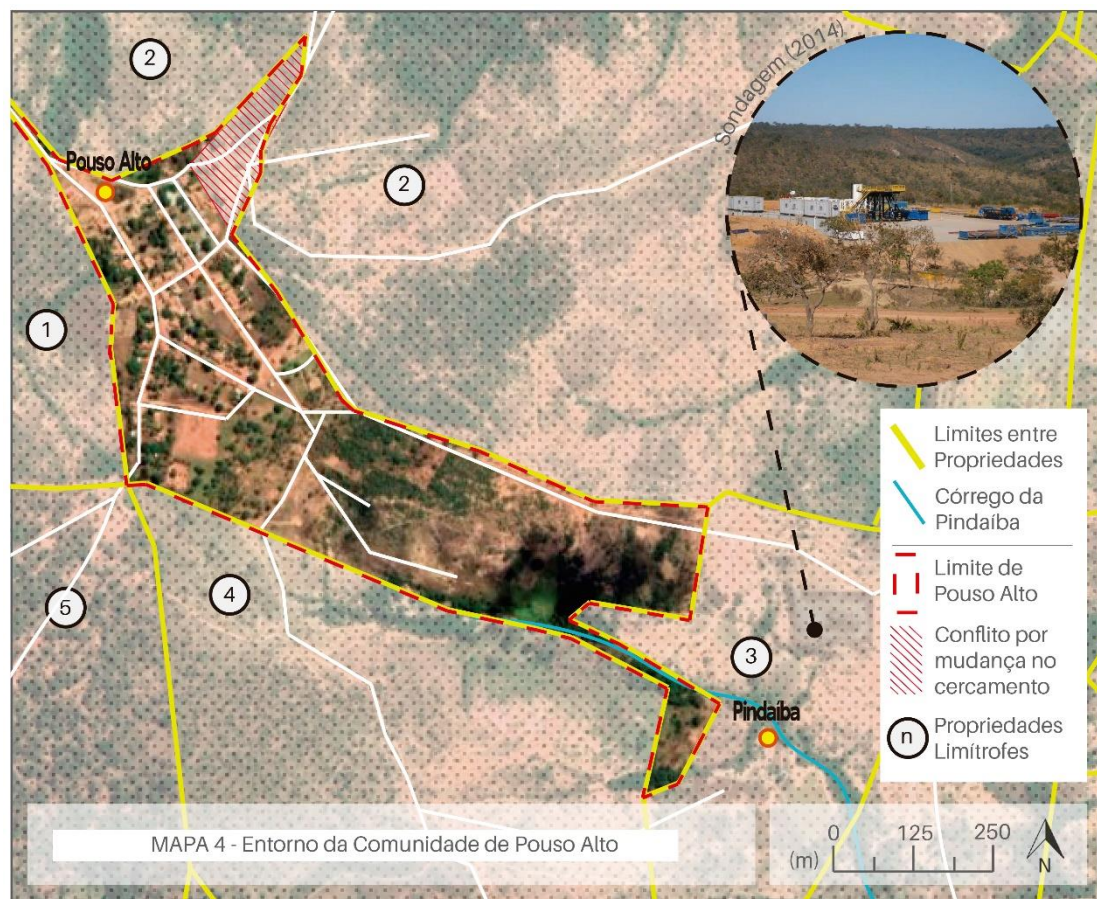


Figura 7 - Mapa do Entorno de Pouso Alto. Escala gráfica.

Fonte: Produzido por Kátia L. S. Rosa, 2022. Bases de dados: CAR, 2021; Google Earth, 2022; Pouso Alto lugarzinho no meio do nada, 2014.

No que se refere ao contexto histórico, de acordo com os relatos, a territorialidade consistia em um ponto de encontro para os tropeiros que faziam o comércio da região no século XIX. De acordo com os moradores (2020), até o início do século XX, o espaço ocupado pela comunidade consistia em um extenso gramado rodeado por arbustos “amarra vaqueiro”, não havendo árvores de grande porte ou casas. Assim, quando os tropeiros chegavam ao ponto de encontro, montavam barracas para o acampamento e se instalavam nos arredores do gramado (PARÓQUIA SENHOR BOM JESUS, 2020).



Figura 8 - Marco principal da Comunidade de Pouso Alto (1940-1950).

Fonte: Documento cedido por morador de Pouso Alto, 2021.

Ainda, relata-se que foi nesse período que essa área recebeu o nome de Pouso Alto, pois indicaria um ponto de descanso localizado em uma região alta em relação às suas proximidades (Entrevistas com moradores, 2021). Foi possível extrair dos relatos a presença de traços das identidades de Geraizeiros, Quilombolas, Tropeiros, Amaiadores de gado e Indígenas, entre outros, no processo de formação da comunidade.



Figura 9 - Marco Principal da Comunidade de Pouso Alto.

Fonte: Pouso Alto lugarzinho no meio do nada, 2014.

Os moradores da comunidade dedicam parte de seu tempo em atividades como a agricultura familiar, criação de gado e de animais de pequeno porte. Também foi possível observar a manifestação da religiosidade e aspectos da cultura popular. As principais

festividades são: Festas de Bandeira, Queimação de Judas, Festas de Reis e a Festa do Senhor da Boa Vida.

Tais celebrações carregaram muitos simbolismos ao longo do tempo, como é o caso de cantos, instrumentos, vestimentas, cores, bandeiras e preces. Além disso, as festividades marcaram épocas do ano, como a da colheita, bem como representavam comemorações e celebrações religiosas. As celebrações mais emblemáticas traziam grande movimento de visitantes e comerciantes para a comunidade.



Figura 10 - Foliões - Festas Tradicionais das Comunidades da Região (Década de 1970).

Fonte: Acervo pessoal: Kátia L. S. Rosa, 2022.

Ao observar as diferentes interações sociais presentes no espaço, entende-se que o território de Pouso Alto é marcado por sua identidade enquanto comunidade, mas também por modificações condicionadas por agentes externos ao longo do tempo. As mudanças na configuração espacial são resultantes da ocupação e crescimento do núcleo da comunidade e, também, das intervenções da administração pública para a infraestrutura. Algumas dessas interferências ofuscaram características que fazem parte da identidade local, como a divisão de lotes e a definição de vias de acordo com o modelo desenvolvimentista.

Ao assumir a compreensão do território em conjunto à territorialidade, evidencia-se dois pontos de importância no contexto da ocupação: a migração de famílias que viviam nas áreas rurais ou agrupadas na Pindaíba (localidade simbolicamente pertencente a Pouso Alto, formada por conjunto de casas em torno de um único terreiro de atividades

compartilhadas); ocupação do núcleo do território em decorrência das mudanças no cenário econômico e de melhorias nas condições de acesso; e as obras de infraestrutura para definir ruas e instalar equipamentos públicos, como os de saúde e de lazer.

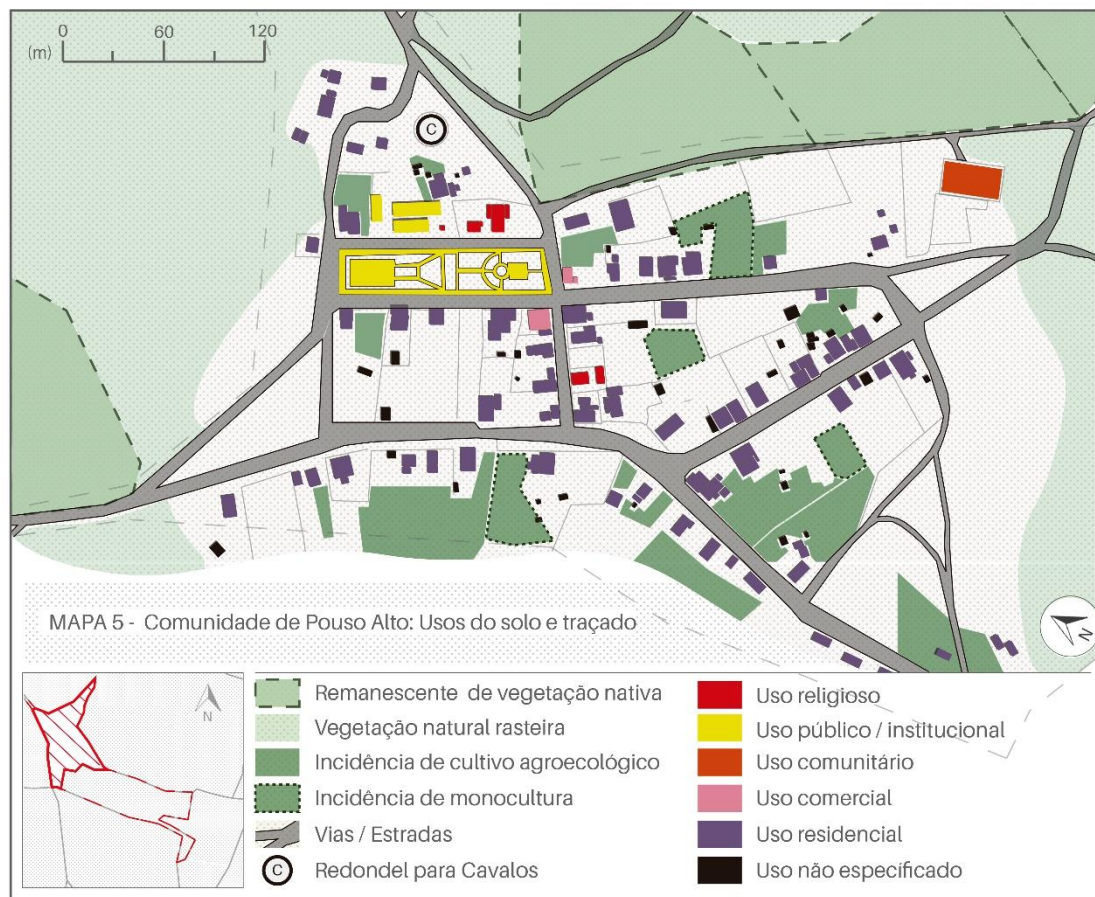


Figura 11 - Mapa de Usos e Traçado da Comunidade de Pouso Alto. Escala gráfica.
Fonte: Produzido por Kátia L. S. Rosa, 2022.

A divisão da gleba de terra em pequenas porções e a distribuição dos lotes para a ocupação de Pouso Alto foi conduzida pela Paróquia Senhor Bom Jesus, como em outras comunidades rurais da região. Com isso, observa-se que a ocupação da comunidade foi direcionada para seguir o modelo de traçado ortogonal, com o melhor aproveitamento da área, modelo resultante de políticas baseadas em projetos de colonização e desenvolvimento. A organização espacial tecnicista foi consolidada através da implantação das infraestruturas viárias e pela distribuição de lotes de forma individual, linear e simétrica. Portanto, o núcleo da comunidade foi sendo transformado, se afastando da tipologia de ocupações geraizeiras. Atualmente, a comunidade é formada por cerca de 80 famílias e os limites entre as propriedades são demarcados fisicamente por cercamento, revelando a individualização da produção e mudança nos modos de vida.

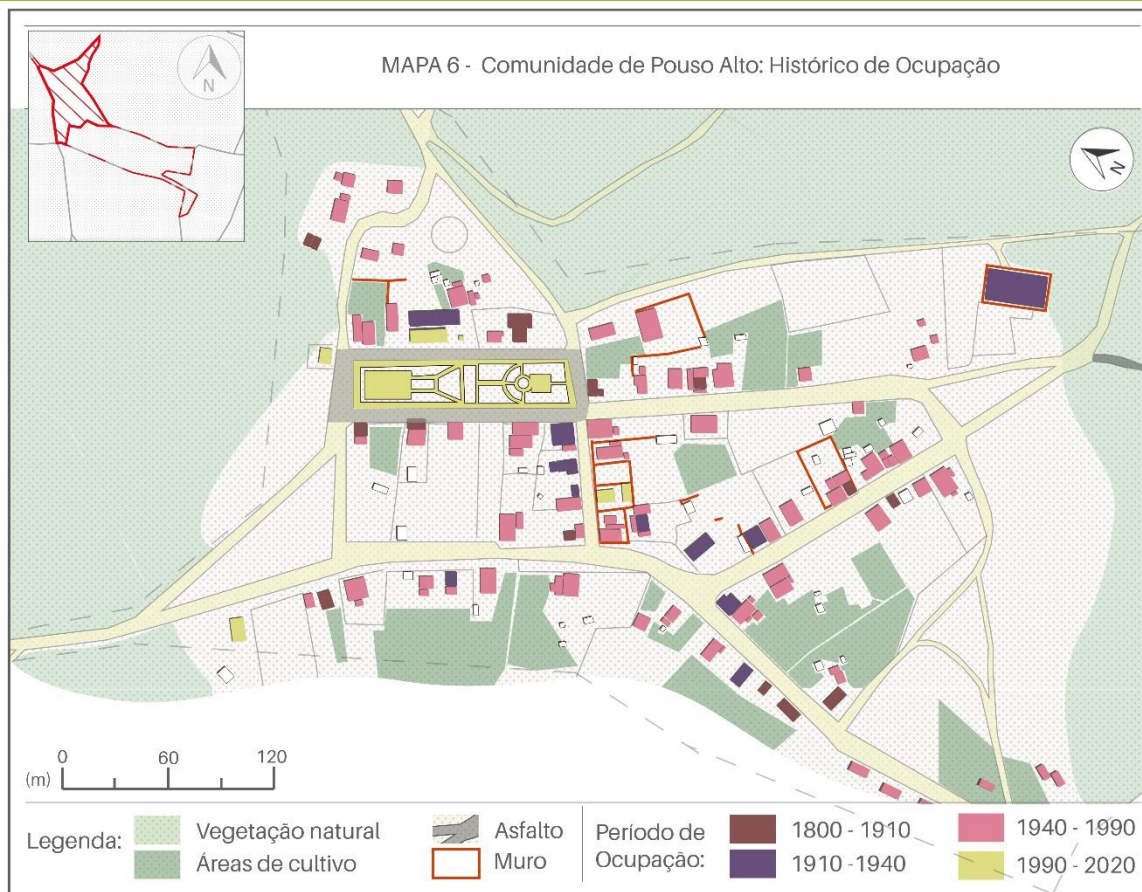


Figura 12 - Mapa do Histórico de Ocupação da Comunidade de Pouso Alto. Escala gráfica.
Fonte: Produzido por Kátia L. S. Rosa, 2022.

Ao identificar as edificações construídas com técnicas tradicionais, como o pau-a-pique e adobe, é possível visualizar a tipologia de ocupação que deu início à comunidade e definir parte de seu acervo patrimonial. Nessa perspectiva, a ocupação do núcleo urbano inicial teria sido informal, de forma espaçada, espontânea e sem a definição de vias. A exemplo de outros núcleos rurais, a ocupação inicia-se a partir da conformação das primeiras moradias - de forma isolada no terreno - e só posteriormente, consolida-se com o tempo, surgindo as trilhas e caminhos que ligam as residências umas às outras. Algumas edificações da comunidade foram feitas originalmente em pau-a-pique, sendo suas paredes substituídas por adobe posteriormente e, em alguns casos, chegando a serem refeitas em tijolos (Entrevista com uma moradora da comunidade, 2021). Outras, que não passaram por reformas, apresentam um grau elevado de deterioração, havendo urgência em realizar projetos de restauração.

No sentido da organização espacial, a comunidade apresenta uma centralidade formada por espaços públicos, religiosos e comerciais (Figura 13). Tal centralidade surgiu junto a fundação da comunidade, quando a capela do Senhor da Boa Vida foi construída, pois ali já havia um ponto de referência definido pelo gramado existente. Além disso, o

principal símbolo da comunidade, que consiste no cruzeiro e representa o primeiro marco do território, também demarca a centralidade.

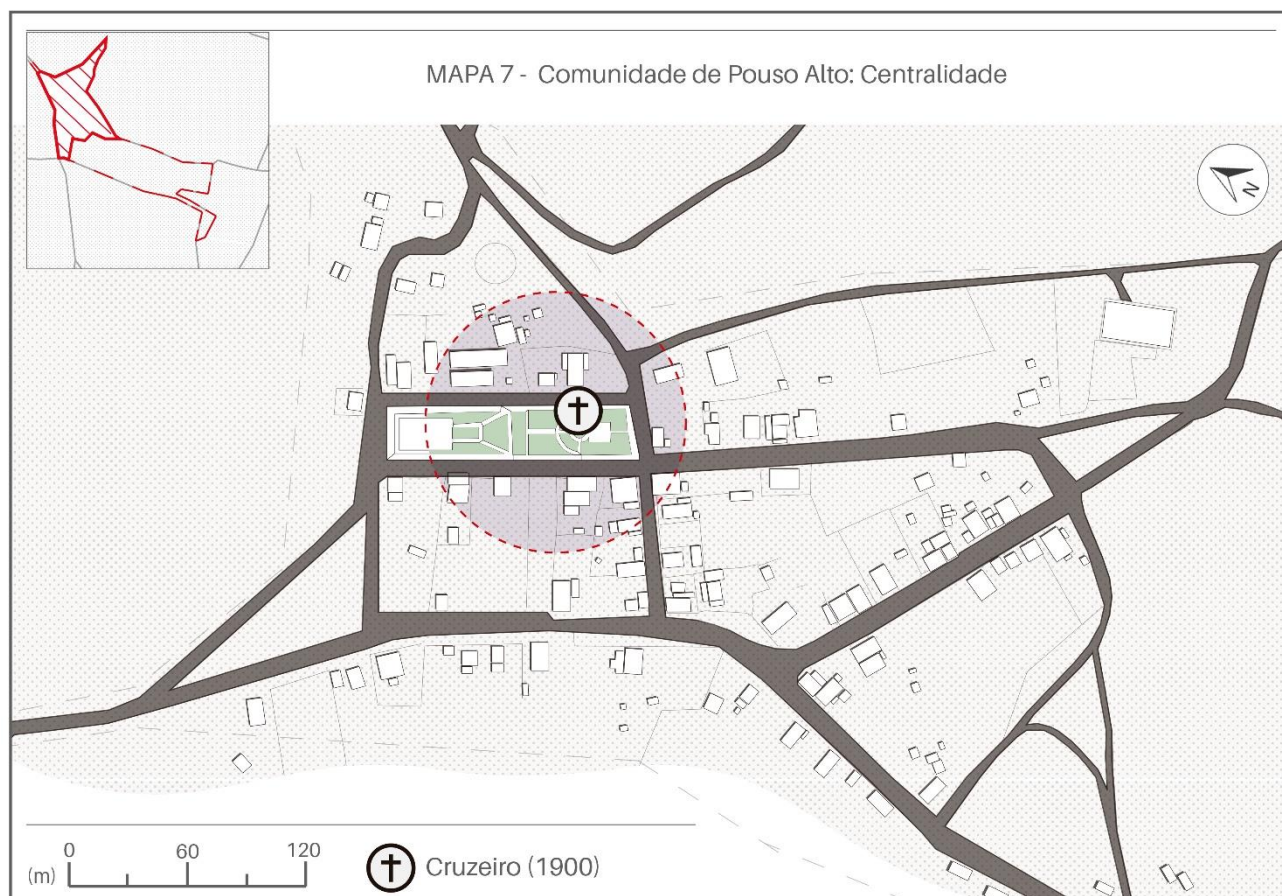


Figura 13 - Mapa da Centralidade de Pouso Alto. Escala gráfica.

Fonte: Produzido por Kátia L. S. Rosa, 2022.

A construção da capela do “Senhor da Boa Vida” resultou da cooperação entre os membros do povoado, viabilizada por doações (Figura 14). A idade estimada é de aproximadamente 120 anos, representando a maior referência de patrimônio edificado do município de Claro dos Poções (Entrevistas com moradores, 2021). O nome da capela foi atribuído devido à prece das mulheres que participaram de sua construção. Após modelar as telhas de barro nas proximidades do córrego e ribeirão, as mulheres levavam as telhas na cabeça até o local de construção e, durante o percurso, pediam à Deus que lhes desse uma boa vida (Entrevistas com moradores, 2021).



Figura 14 - Capela do Senhor da Boa Vida.
Fonte: Produzido por Kátia L. S. Rosa, 2022.

A capela foi originalmente construída em cômodo único, paredes de adobe e com assoalho de madeira. Os entrevistados contaram que as mulheres ficavam responsáveis por buscar água, amassar o barro e modelar as telhas, enquanto os homens buscavam as madeiras e subiam as paredes (Entrevistas com moradores, 2021). A reforma realizada na década de 1990 aumentou a área da capela, inserindo naves laterais feitas em alvenaria estrutural. Além disso, o piso original de madeira foi substituído por cimento queimado. (Figura 15). A última alteração, iniciada em 2020, tinha como finalidade reforçar a estrutura da edificação. Porém, atualmente, a obra foi paralisada devido a inexistência de um projeto de restauração adequado e, de acordo com a paróquia Senhor Bom Jesus, as paredes de adobe apresentam risco de desabamento.

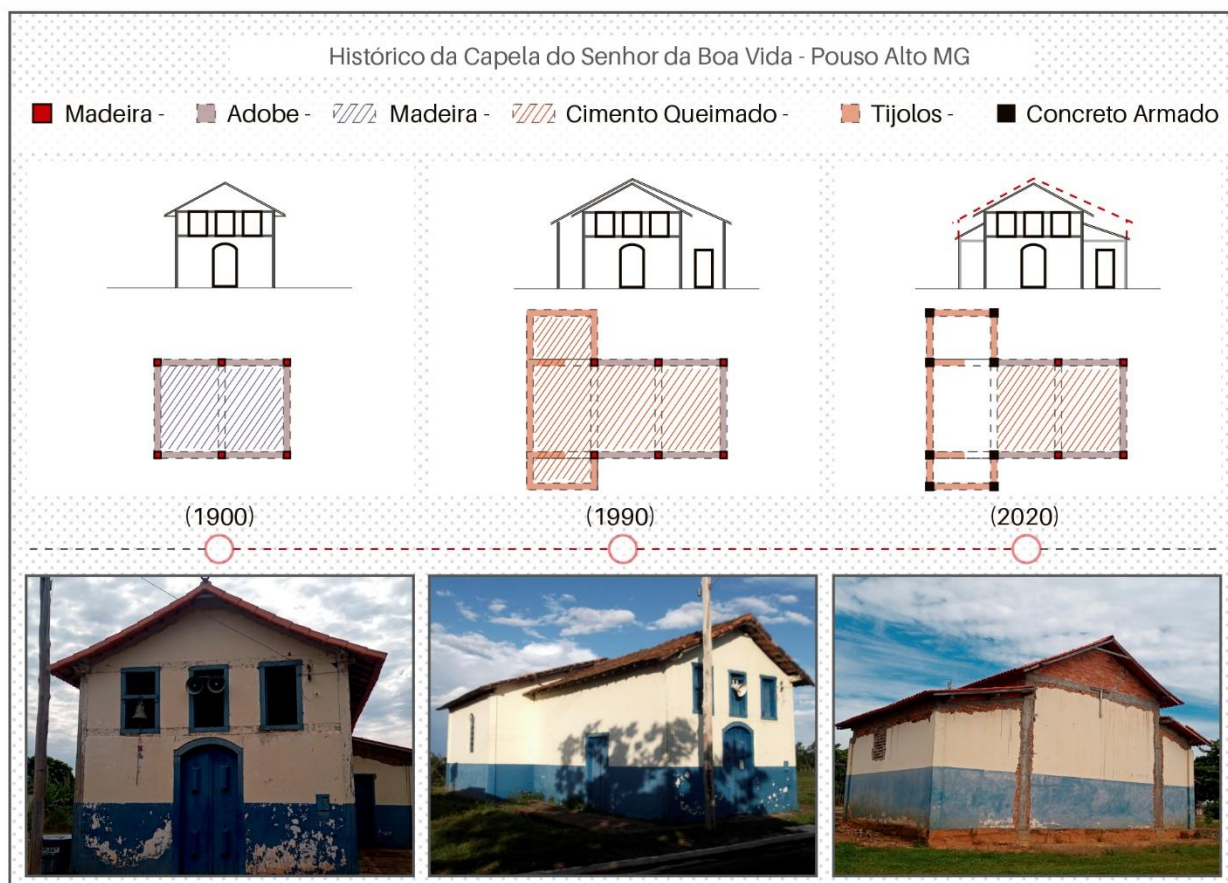


Figura 15 - Capela do Senhor da Boa Vida. Sem escala.
Fonte: Produzido por Kátia L. S. Rosa, 2022.

Outras edificações que representam marcos na centralidade de Pouso Alto são as primeiras tipologias comerciais da Comunidade (Figuras 16, 17 e 18). Essas são construídas em adobe, com telhados de quatro águas e fachadas marcadas pelo ritmo das esquadrias.

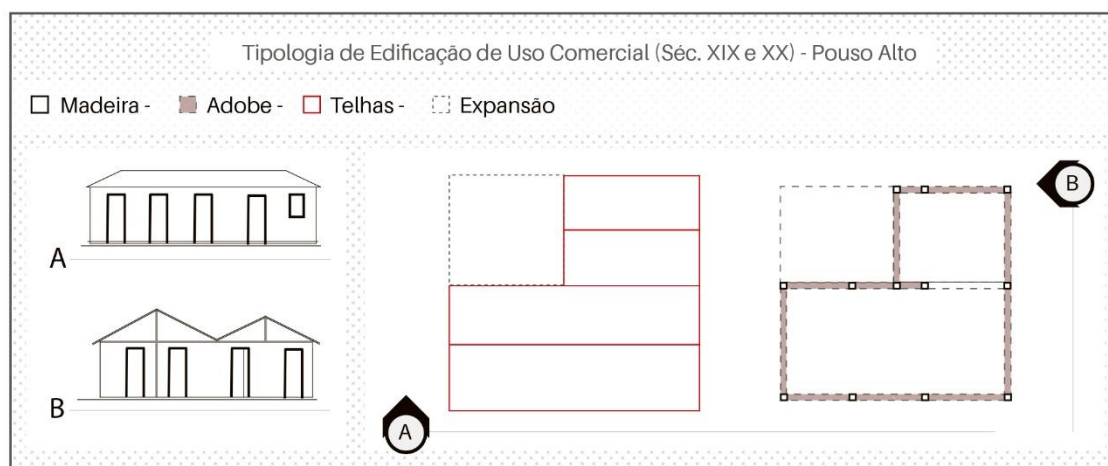


Figura 16 - Tipologia Comercial de Pouso Alto.
Fonte: Produzido por Kátia L. S. Rosa, 2022.



Figura 17 - Edificação de Tipologia Comercial.
Fonte: Produzido por Kátia L. S. Rosa, 2022.

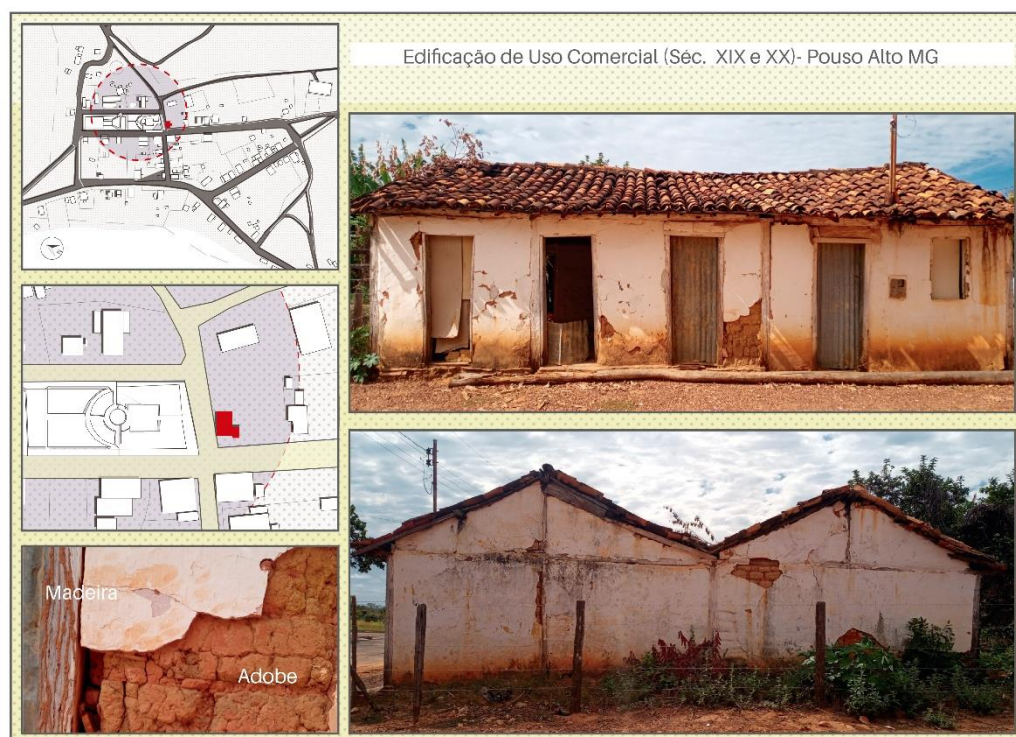


Figura 18 - Edificação de Tipologia Comercial.
Fonte: Produzido por Kátia L. S. Rosa, 2022.

Essa tipologia se repete em outras edificações da comunidade. Porém, algumas edificações já passaram pela substituição das paredes e mudanças na tipologia, normalmente, em busca de possibilitar o uso residencial.

Edificações de tipologia residencial construídas em adobe podem ser encontradas na comunidade (Figura 19). Contudo, estas apresentam-se mais conservadas, devido a sua manutenção contínua realizada pelos moradores. As tipologias dessas edificações são variáveis.



Figura 19 - Edificação de Tipologia Residencial.

Fonte: Produzido por Kátia L. S. Rosa, 2022.

Contudo, do mesmo modo como foram ocupadas diversas partes do território norte-mineiro, Pouso Alto também teve sua origem ligada aos diversos processos de ocupação territorial baseados na agricultura e pecuária.

O núcleo com a maior concentração de moradores - onde estão instalados mesmo que de forma simplória - serviços e equipamentos públicos, organizam as diversas territorialidades dessa localidade.

Ressaltamos mais uma vez a importância da capela do Senhor da Boa Vida, não apenas como parte do patrimônio material, mas como articulador da espacialidade e dos diversos cenários desse território.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas no presente artigo, a riqueza cultural dos povos tradicionais do Norte de Minas Gerais se encontra incorporada na Comunidade Rural de Pouso Alto, ao mesmo tempo em que as questões territoriais e a narrativa Decolonial tem influenciado não só nas dinâmicas socioespaciais da comunidade, mas também em boa parte do território das Gerais inserido no vale do Rio São Francisco.

Nesse sentido, semelhante a diversas outras comunidades rurais no norte de Minas Gerais, a comunidade de Pouso Alto também se originou em torno da pecuária e da

construção de uma capela. Ao longo do tempo, a comunidade foi sendo contemplada com a instalação de infraestrutura, mas mantendo sempre uma dependência do município sede.

Alguns processos externos de modernização alteram de forma significativa o uso do solo e a paisagem desse território - como a divisão e cercamento de lotes, abertura e calçamento/pavimentação de vias, reforma e construção de novas moradias e a construção de uma barragem no ribeirão Cipó, afluente do Rio Jequitaí. Entretanto, aspectos culturais e religiosos, como a celebração de festas pagãs e de santos católicos, o forte laço de parentesco e de compadrio, a etnia negra e a ancestralidade afro-brasileira, a economia baseada na agricultura familiar, reforçam territorialidades próprias de uma comunidade rural que busca manter sua tradição.

Todavia, vislumbra-se algumas ameaças à permanência e perpetuação dessa comunidade, seja pela falta de infraestrutura como equipamentos de saúde, escola de segundo grau, agência bancária, pavimentação de estrada, plena inserção no sistema global que tornou o planeta mais acessível através da internet entre outras facilidades da vida moderna; bem como uma possível ampliação da exploração de gás natural na região, além da subalternidade e pouca representatividade política ao município de Claro dos Poções.

Enfim, buscou-se explicitar, tendo como exemplo a Comunidade de Pouso Alto e através da narrativa Decolonial a contribuição dos povos e comunidades tradicionais para a formação do território das Gerais, de ocupação mais antiga que o território das Minas e de suma importância para a identidade e sobrevivência do povo mineiro ao longo dos três últimos séculos.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016. 264p.

ANJOS, R. S. A. A África brasileira: população e territorialidade. **Textos Básicos do CIGA**, Brasília, v. 1, p. 04-29, 2010.

ARCGIS. **Mapa Base e Camadas**. 2022. Disponível em: <https://www.arcgis.com/apps/mapviewer/index.html>. Acesso em: 28 abr. 2022.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Territórios de povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação de proteção integral**: alternativas para o asseguramento de direitos socioambientais. Brasília: MPF, 2014.

CADASTRO AMBIENTAL RURAL - SICAR. **Serviço Florestal Brasileiro**. 2021. Disponível em: <https://www.car.gov.br/publico/imoveis/index>. Acesso em: 05 out. 2022.

COSTA, J. B. A.; DAYRELL, C. A.; OLIVEIRA, C. L. **Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica, ambiental e sócio-cultural da comunidade remanescente do quilombo Bom Jardim da Prata- São Francisco (MG)**. Montes Claros: UNIMONTES, 2015. 173p.

ESTADO DE MINAS GERAIS. **MESO E MICRORREGIÕES DO IBGE**. 2010. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/ligminaslistamesomicro.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2022.

ESTADO DE MINAS GERAIS. **Microrregiões do IBGE**: Mapa. Instituto de Geoinformação e Tecnologia - IGTEC, 2014. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pagina/geografia>. Acesso em: 13 jul. 2022.

FACEBOOK. **Pouso alto lugarzinho no meio do nada**. 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/154056771448047>. Acesso em: 17 set. 2022.

FONSECA, C. D. Do sertão dos cataguases às Minas Gerais: As modalidades e o léxico da ocupação. In: FONSECA, C. D. **Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GERMANI, G. I. Reforma Agrária: ações públicas e movimentos sociais. **Caderno de Geociências**, Salvador, v.13, n. 1, p. 133 -144, 2001.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa de Cobertura e Uso da Terra do Brasil**. 2014. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/cobertura-e-uso-da-terra/uso-da-terra>. Acesso em: 29 jan. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra do Brasil**. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101703_folder.pdf. Acesso em: 21 jul. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Claro dos Poções, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg>. Acesso em: 19 out. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 82p.

IEPHA - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. **Inventário cultural do Rio São Francisco**. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2015. Disponível em: http://www.iepha.mg.gov.br/images/com_arismartbook/download/8/Inventario%20Cultural%20do%20Sao%20Francisco.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023.

LIMA, L.; SILVA, L. X.; FORNO, M. A. R. D. A evolução histórica dos conceitos de território/territorialidade no contexto do desenvolvimento rural. **Caderno de Estudos Interdisciplinares**, v. 1, n. 1, p. 1-11, 2014.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **DAN/UnB Anuário Antropológico**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2002.

MARQUES, A. S. **A Produção do Território e da Moradia no Quilombo de Bom Jardim da Prata**. 2018. 185 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

MARTINS, C. M. P. **Geografia Rural**. São Cristóvão: CESAD, 2013. 73p.

MIGNOLO, W. Desafios Decoloniais Hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.

NEVES, S. L. S. *et al.* Cartografia Decolonial Catrumana. In: PAULA, A. M. N. R.; AMORIM, M. M. T. **Movimentos Sociais, Identidade e Territorialidades**. Montes Claros: Editora da UNIMONTES, 2020.

PARÓQUIA SENHOR BOM JESUS. **Livro de histórias das Comunidades de Claro dos Poções**. Pouso Alto: Comunidade Senhor da Boa Vida, 2020.

PASTI, R.; OLIVEIRA JÚNIOR, G. Qual quilombo? O pensamento pós-colonial e decolonial na reelaboração simbólica dos quilombos. **Revista de História da UEG**, v. 8, n. 1, p. 1-19, 2019.

PIMENTEL, T. D.; CARRIERI, A. P. A espacialidade na construção da identidade. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 1, p. 1-21, 2011.

RMMG – RECURSOS MINERAIS DE MINAS GERAIS. **Mapa Jazidas e Minas**. Disponível em: <http://recursomineralmg.codemge.com.br/mapa/>. Acesso em: 28 jul. 2022.

ROCHA, Geraldo. **O Rio São Francisco**: fator precípua da existência do Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004. 256p.

ROSA, K. L. S. **Território e espacialidade: estudo de caso da comunidade rural de Pouso Alto no Norte de Minas**. 2022. 74 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2022.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. 174p.

SILVA, J. A.; FONSECA, G. S. **Emigrações de Claro dos Poções-MG**: Censo Demográfico. GT n. 10 - Migrações, Deslocamentos e Transformações Socioespaciais. Claro dos Poções, 2010.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.77-116.

Recebido: 06.03.2023

Aceito: 03.07.2023